



PROJETO DE LEI Nº 26/2021

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento dos tributos que menciona e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pará de Minas, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Em razão da declaração do Estado de Calamidade Pública Nacional em face de pandemia decorrente do coronavírus (covid-19), prorroga-se o prazo do recolhimento dos seguintes tributos municipais:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

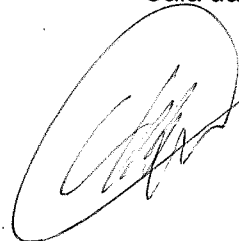
II - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;

Parágrafo único: Os prazos serão prorrogados por até 90 (noventa) dias, podendo serem renovados por igual período desde que o recolhimento se dê dentro do mesmo ano fiscal de forma que não implique renúncia de receita.

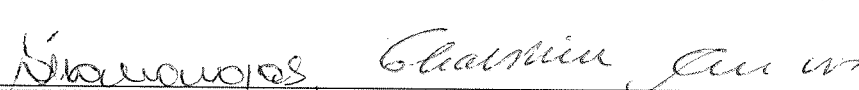
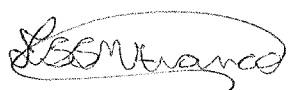
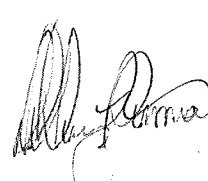
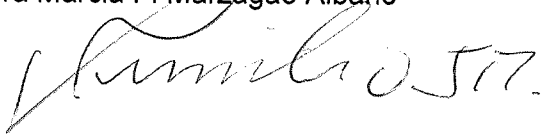
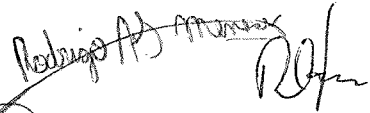
Art. 2º: Compete ao executivo a regulamentação das parcelas a serem prorrogadas e o prazo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 30 de março de 2021.



Vereadora Márcia F. Marzagão Albano



JUSTIFICATIVA:

A pandemia provocada pelo novo coronavírus implica uma grave crise de saúde pública e uma grave crise econômica, sem precedentes na história mundial recente. A ação imediata do Governo frente a ambas as crises se torna fundamental para seu devido enfrentamento.

Medidas econômicas amplas, tomadas rapidamente, compreendendo o conjunto da sociedade, restam impositivas para minimizar os efeitos da pandemia.

No cenário atual, diante do desemprego e da paralização dos comércios, a concessão de um prazo maior vai auxiliar no enfrentamento das dificuldades decorrentes da covid-19, demonstra-se imprescindível. Estendendo o prazo do IPTU beneficia-se a população de modo geral e o ISS as empresas que por imposição do poder público estão impedidas de funcionar normalmente, o que minimizará os impactos econômicos.

Ainda, a prorrogação do prazo não gera qualquer renúncia de receita, uma vez que o pagamento se dará dentro do mesmo ano fiscal, o que não compromete em nada a receita municipal.

